

DIREITO
V.10 • N.2 • Publicação Contínua - 2025
ISSN Digital: 2316-381X
ISSN Impresso: 2316-3321
DOI: 10.17564/2316-381X.2025v10n2p224-236



LETRAMENTO LINGÜÍSTICO NA ESCRITA DO BACHAREL EM DIREITO NA FORMAÇÃO INICIAL: UMA ANÁLISE TEXTUAL

LINGUISTIC LITERACY IN THE WRITING OF BACHELOR OF LAW IN
INITIAL TRAINING: A TEXTUAL ANALYSIS

ALFABETIZACIÓN LINGÜÍSTICA EN LA REDACCIÓN DE LA
LICENCIATURA EN DERECHO EN LA FORMACIÓN INICIAL: UN
ANÁLISIS TEXTUAL

Clarice Vaz Peres Alves¹
Bruno Gomes Pereira²

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar aspectos linguísticos que apontam para o desenvolvimento de práticas de letramento linguístico na escrita do bacharel em Direito na sua formação inicial. A fundamentação teórica está alojada na interface entre os estudos do letramento e da linguística textual, com foco em desdobramentos léxico-gramaticais. A metodologia é do tipo intervencionista, tendo sido aplicada junto aos acadêmicos de Direito de uma instituição de ensino superior particular, localizada no município de Santo André, na região metropolitana de São Paulo. Os dados foram devidamente produzidos durante um curso de extensão sobre escrita jurídica, o qual foi ministrado em dez encontros com duração de duas horas cada, ofertado no segundo semestre de 2023. Os dados revelam uma escrita jurídica em fase de desenvolvimento, apresentando problemas não só de natureza sintático-semântica, mas também de argumentação. Esta última, por sua vez, provocada pelo manuseio frágil de elementos coesivos da Língua Portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE

Escrita Jurídica. Linguística Textual. Petição Inicial.

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze linguistic aspects that point to the development of linguistic literacy practices in the writing of law graduates during their initial training. The theoretical basis is located at the interface between literacy studies and textual linguistics, with a focus on lexico-grammatical developments. The methodology is interventionist and was applied to law students at a private higher education institution located in the city of Santo André, in the metropolitan region of São Paulo. The data were duly produced during an extension course on legal writing, which was taught in ten meetings lasting two hours each, offered in the second half of 2023. The data reveal legal writing in a development phase, presenting problems not only of a syntactic-semantic nature, but also of argumentation. The latter, in turn, is caused by the fragile handling of cohesive elements of the Portuguese Language.

KEYWORDS

Legal Writing; Textual Linguistics;. Initial Petition.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es analizar aspectos lingüísticos que apuntan al desarrollo de prácticas de alfabetización lingüística en la escritura de los licenciandos en Derecho en su formación inicial. La base teórica se ubica en la interfaz entre los estudios de alfabetización y la lingüística textual, centrándose en los desarrollos léxico-gramaticales. La metodología es intervencionista y ha sido aplicada a estudiantes de derecho de una institución de educación superior privada, ubicada en el municipio de Santo André, en la región metropolitana de São Paulo. Los datos fueron debidamente elaborados durante un curso de extensión sobre redacción jurídica, que se impartió en diez sesiones de dos horas cada una, ofrecido en el segundo semestre de 2023. Los datos revelan la redacción jurídica en fase de desarrollo, presentando problemas no solo de naturaleza sintáctico-semántica, sino también de argumentación. Esto último, a su vez, se debe al frágil manejo de los elementos cohesivos de la Lengua Portuguesa.

PALABRAS CLAVE

Redacción Jurídica. Lingüística Textual. Petición Inicial.

1 INTRODUÇÃO

A escrita tem sido objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento. No entanto, a problematização do processo redacional de acadêmicos do Curso de Direito ainda é pouco difundida se levarmos em consideração a sua importância na formação inicial do bacharel da área jurídica. Isso porque a escrita é ferramenta basilar para o sucesso do referido profissional, haja vista a relevância da argumentação e da contra-argumentação na prática do exercício jurídico (Pereira, 2024b; Pereira; Alves, 2024).

O objetivo deste artigo é analisar aspectos linguísticos que apontam para o desenvolvimento de práticas de letramento linguístico na escrita do bacharel em Direito na sua formação inicial. Entendemos que a formação primeira do futuro profissional é decisiva para a construção do seu perfil profissional, já que oferece ferramentas essenciais ao conhecimento teórico-prático, o qual passa a ser significado por intermédio da escrita desenvolvida no bojo do bacharelado em Direito.

Diante disso, faz-se pertinente a seguinte problemática de pesquisa: *É possível identificar práticas de letramento linguístico na escrita do bacharel em Direito na sua formação inicial por meio de aspectos linguísticos?*

Para responder ao referido problema de pesquisa, optamos por uma fundamentação teórica interdisciplinar, alojada na interface entre os estudos do Letramento Linguístico (Halliday; Hasan, 2006; Halliday; Hasan, 1989; McCabe; Whittaker, 2006; O'donnel, 2006) e da Linguística Textual (Bastos, 2001; Fávero, 1995; Koch, 2003; Pereira, 2016), com foco em desdobramentos léxico-gramaticais. Partimos do princípio de que a confluência entre saberes teóricos afins pode oferecer maiores condições de traçar um percurso analítico mais satisfatório.

A metodologia é do tipo intervencionista, pois caracteriza uma intervenção feita junto a atores sociais em seu local real de interação social (Lakatos; Marconi, 2013; Severino, 2007). Os participantes desta pesquisa são acadêmicos de Direito de uma instituição de ensino superior particular, localizada no município de Santo André, na região metropolitana de São Paulo. Em tempo, reforçamos que esta proposta metodológica ajuda a constituir o projeto de pesquisa multicêntrico denominado “A organização da escrita jurídica na petição inicial: uma proposta intervencionista”, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (Código do projeto: 55.17887/2023), com o parecer nº 6.536-123 (Alves, 2023).

Esperamos que este trabalho possa incentivar as discussões sobre escrita na formação inicial do bacharel em Direito no âmbito acadêmico. Isso, por sua vez, pode proporcionar momentos vinhosos de interlocução e, assim, colaborar para desdobramentos de investigação em todos os níveis da pesquisa científica.

2 ARTICULAÇÕES TEÓRICAS

2.1 LETRAMENTO LINGÜÍSTICO E LINGÜÍSTICA TEXTUAL NA ESCRITA JURÍDICA

Nesta seção, apresentamos os saberes teóricos mobilizados neste trabalho. Para tanto, elegemos o texto como principal instrumento conector entre tais conhecimentos, considerando-o como ferramenta inerente às práticas de interação social (Koch, 2003).

Muito tem se discutido acerca da escrita jurídica, considerando sua relevância interacional, bem como persuasiva. Isso porque, do ponto de vista léxico-gramatical, apresenta elementos linguísticos que reforçam sua natureza argumentativa e persuasiva. Nesse caso, as tentativas de convencimento neste processo redacional ocorrem a partir da utilização de recursos léxico-gramaticais específicos, de maneira a preservar a objetividade e a impessoalidade de quem escreve (Pereira, 2024a).

Diante disso, é possível afirmar que a escrita jurídica se firma como objeto de análise acadêmico-científica genuinamente interdisciplinar, já que acaba sendo instrumento de interesse de diversas áreas do saber humano. Logo, pensar na escrita acadêmica é uma atividade complexa, já que a discussão pode ser proposta a partir de diversas égides (Pereira; Alves, 2024).

A ideia de interdisciplinaridade que assumimos aqui está alojada nas colaborações de Fazenda (2008). De acordo com a autora, o saber interdisciplinar é construído pela interação de conhecimentos correlatos, o que garante um olhar sensível diante do fenômeno social analisado.

A Figura 1 ilustra o movimento interdisciplinar ao qual fazemos referências. Para isso, evidenciamos como os saberes teóricos aqui mobilizados podem colaborar para uma compreensão satisfatória da escrita jurídica.

Figura 1 – Saberes teóricos mobilizados



Fonte: Dos autores.

A Figura 1 é constituída por dois compartimentos que parecem se interagir a partir dos movimentos cíclicos indicados pelas setas. Isso, por sua vez, sugere uma confluência teórica, considerando

que ambos os saberes evidenciados se interessam pela escrita em alguma perspectiva. No primeiro compartimento, lê-se “Letramento Linguístico”, e, no segundo, “Linguística Textual”.

O termo “letramento” está sendo utilizado a partir das colaborações de Street (1984), nas quais, passa a ser entendido como prática social emergente da diferença em relação à alfabetização. Nesse sentido, o autor ressalta que o letramento consiste justamente no uso consciente da linguagem dentro de um contexto específico de uso.

Dessa definição, optamos pelo Letramento Linguístico, considerando a sua importância no que compete ao desenvolvimento das práticas textuais escritas. Logo, trata-se de uma ramificação dos estudos do letramento em que o texto escrito passa a ser entendido como instrumento sociossemiótico, pois dele emergem significados motivados por questões que extrapolam os limites do texto e, assim, encontram no contexto motivadores semânticos (Halliday; Hasan, 2006; Halliday; Hasan, 1989).

Do Letramento Linguístico nos interessamos mais de perto pelas pesquisas que problematizam o uso de aspectos léxico-gramaticais como caracterizadores do uso consciente da escrita. Portanto, utilizamos como ponto de partida o entendimento de escrita enquanto recurso também semântico, uma vez que seu uso aponta para construções de sentidos que podem nos ajudar a entender o nível de entendimento funcional da gramática de quem escreve (McCabe; Whittaker, 2006; O’Donnel, 2006).

A Linguística Textual é vista como ramificação dos estudos da linguagem em que o texto é célula central para o estabelecimento de situações comunicativas e interacionais. Assim, a escrita passa a ser considerada a partir de sua textualidade, ou seja, da sua coerência e da sua coesão dentro de períodos, parágrafos e textos diversos (Fávero, 1995; Koch, 2003).

Da Linguística Textual, nos interessamos pelas pesquisas que problematizam aspectos lógico-semânticos dentro de sequências argumentativas escritas. Em outros termos, são pertinentes as investigações que versam sobre os elementos de sequencialização de ideias, os quais ajudam a escrita ser inteligível e interpretável, ou seja, a ter textualidade (Bastos, 2001; Pereira, 2016).

Em síntese, a relação entre Letramento Linguístico e Linguística Textual é bastante estreita. Isso, por sua vez, nos dá condições de analisar uma escrita jurídica de maneira satisfatória, uma vez que passamos a ter ferramentas para entender o processo redacional desde sua construção lógico-semântica até seus aspectos culturais, imbuídos em seu contexto de produção.

3 METODOLOGIA

Nesta seção, caracterizamos o percurso metodológico deste artigo. Para tanto, descrevemos o tipo e a abordagem de pesquisa, bem como o *locus* em que os dados foram produzidos e coletados.

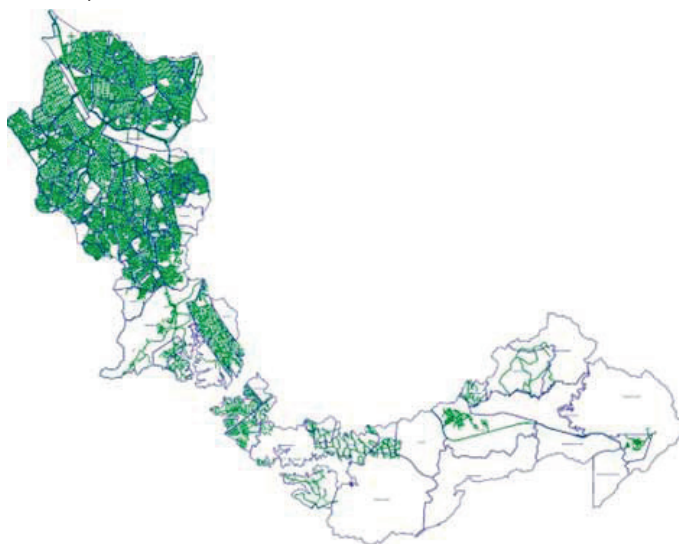
O tipo de pesquisa que adotamos neste trabalho é de natureza intervencionista (Damiani *et al.*, 2014). Esta, por sua vez, é caracterizada por um olhar participativo da coleta de dados, os quais são coletados a partir de ferramentas advindas de uma observação sistematizada, bem como da aplicação de ações pensadas à luz de uma mobilização prévia da literatura especializada (Lakatos; Marconi, 2013; Severino, 2007).

No caso deste trabalho, nos referimos, de maneira mais específica, a um curso de extensão sobre escrita jurídica aplicado junto a acadêmicos do Curso de Direito de uma instituição de ensino superior particular, localizada na região metropolitana de São Paulo. Em tempo, o referido curso de extensão faz parte do projeto multicêntrico de pesquisa chamado “A organização da escrita jurídica na petição inicial: uma proposta intervencionista”, coordenado pela segunda autora deste artigo.

Este curso foi ofertado no segundo semestre letivo de 2023 por meio de 10 encontros ministrados em formato de oficinas de escrita. Durante estes encontros, optou-se por trabalhar aspectos lógico-semânticos da escrita jurídica.

Com o propósito de contextualizar melhor o lócus de pesquisa deste trabalho, apresentamos a Figura 2. Trata-se do mapa do município de Santo André, cidade em que se localiza a instituição de ensino superior em que os dados foram coletados.

Figura 2 – Mapa do Município de Santo André



Fonte: Santo André (2022).

O município de Santo André está localizado na região metropolitana de São Paulo e ajuda a compor a mesorregião do ABCD Paulista². Dentre as demais cidades, Santo André se destaca pela forte economia do setor industrial, o que a torna um ponto geográfico estratégico para o recebimento de estudantes que residem em todo o estado de São Paulo. Estes se mudam para Santo André para cursar ensino superior e, posteriormente, ingressar no mercado de trabalho.

2 A mesorregião do ABCD Paulista é formada pelos seguintes municípios: Santo André (SA), São Bernardo do Campo (SBC), São Caetano do Sul (SCS) e Diadema (DI).

A instituição onde os dados foram coletados é um Centro Universitário que oferta vários cursos na área de Ciências Humanas, Ciências da Saúde e Ciências Sociais Aplicadas. Trata-se de uma das maiores instituições de ensino superior privado da Região do ABCD Paulista, sendo, com isso, já tradicional no mercado local.

Os acadêmicos de Direito que foram incluídos nesse estudo estavam devidamente matriculados no referido bacharelado entre o 2º e 8º semestres. Com isso, foi possível termos condições de propor um panorama geral do perfil da escrita do curso em si, já que consideramos a maior parte dos acadêmicos assíduos.

Para o tratamento e análise dos dados, foi considerada uma guia para escrita e revisão de textos, elaborada por Alves (2023), a partir dos princípios da Linguística Textual. Esta guia, consequentemente, orientou a análise linguística que fizemos do *corpus* com foco em aspectos lógico-semânticos e também linguísticos.

No Quadro 1, elencamos estes critérios, considerando os 5 primeiros como aspectos lógico-semânticos, e os 5 últimos como aspectos linguísticos.

Quadro 1 – Guia para escrita / revisão de textos

ASPECTOS LÓGICO-SEMÂNTICOS	ASPECTOS LINGUÍSTICOS
1 O texto é de natureza argumentativa?	6. Quanto à forma, o parágrafo está bem estruturado, isto é, apresenta uma ideia-núcleo e outras ideias secundárias para desenvolver a ideia principal?
2 A argumentação apresenta uma sequência lógica de ideias, ou seja, um fio condutor de raciocínio?	7 As frases dentro do parágrafo não estão excessivamente longas e/ou incompletas?
3 As ideias apresentam um encadeamento lógico por meio de elementos coesivos?	8 Há elementos coesivos para encadear as ideias entre as frases e entre os parágrafos?
4 O(s) argumento(s) apresentam poder de convencimento?	9 O vocabulário empregue está de acordo com o padrão culto da língua?
5 A argumentação está clara e possui força argumentativa?	10 O texto apresenta problemas relativos à norma culta como problemas de pontuação, de concordância e de regências, assim como erros gramaticais e ortográficos?

Fonte: Alves (2023).

Os dados analisados neste trabalho foram coletados nas seguintes fases: i) pré-teste, aplicado no segundo encontro, em que obtivemos 9 produções; ii) pós-teste, ocorrido no nono encontro, com desdobramento de 6 produções; e iii) reescrita do pré-teste, no décimo e último encontro, em que foi possível coletar 6 produções.

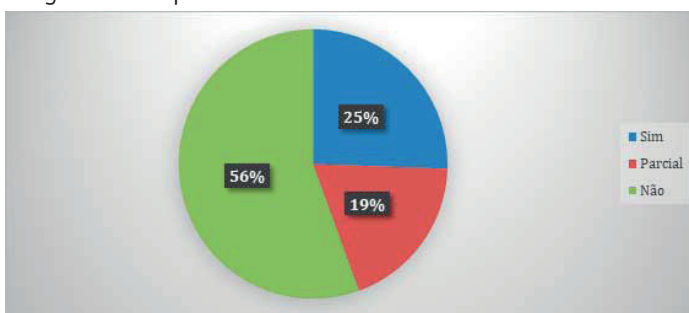
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, apresentamos um percurso de análise dos textos dos acadêmicos de Direito, devidamente produzidos no decorrer desta pesquisa. Em tempo, os dados submetidos a tratamento científico foram devidamente triados por meio da guia de revisão de textos, disponível no Quadro 1.

Em tempo, consideramos como “sim”, quando o acadêmico de Direito contemplou totalmente o critério textual; “parcial”, quando contemplou parte do critério; e “não”, quando não atendeu às exigências textuais previstas nos critérios da guia.

O Gráfico 1 mensura o desempenho dos acadêmicos ao produzirem o pré-teste. Esta fase foi aplicada no segundo encontro do curso de extensão, quando ainda não tínhamos compartilhado questões teóricas sobre produção da escrita jurídica.

Gráfico 1 – Análise linguística do pré-teste



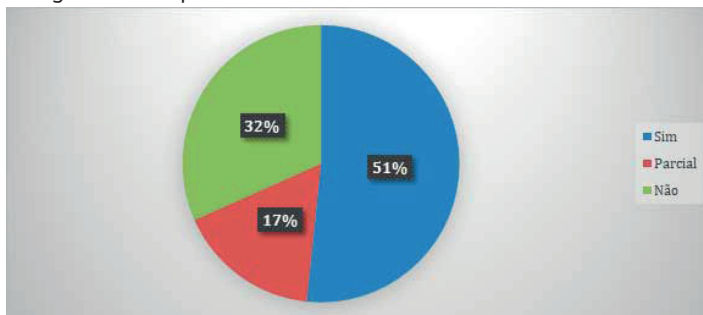
Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com o Gráfico 1, 56% tiveram um desempenho de “não” nas produções analisadas, 25%, de “sim” e 19% “parcial”. Com isso, uma grande maioria dos critérios não foi atendido de maneira satisfatória.

No que compete ao Letramento Linguístico, entendemos que isso pode ilustrar um cenário acadêmico pouco estimulador à prática redacional. Trata-se de uma realidade bastante comum, o que estimula, diretamente, pouca habilidade com a modalidade escrita da Língua Portuguesa. Dessa forma, pode revelar um acadêmico com pouco manuseio linguístico da argumentação escrita, o que prejudica colocações lógico-semântica entre os argumentos, bem como a concatenação dos enunciados (O'Donnel, 2006).

Aos olhos da Linguística Textual, este índice aponta para problemas de construção sintática, o que afeta a materialização de argumentos de maneira concatenada. Por isso, é possível entender que os acadêmicos apresentaram sucessões de ideias pouco articuladas, o que atrapalhou o processo de textualidade dos dados analisados (Bastos, 2001).

O Gráfico 2 mensura o desempenho dos acadêmicos ao produzirem o pós-teste. Esta fase foi aplicada no nono encontro do curso de extensão, depois de termos discutido alguns conceitos teóricos sobre argumentação jurídica e também de termos exercitado um pouco a escrita de maneira paralela.

Gráfico 2 – Análise linguística do pós-teste

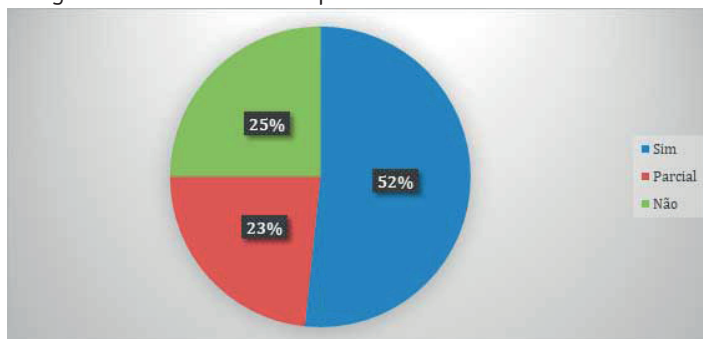
Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com o Gráfico 2, 51% tiveram um desempenho de “sim” nas produções analisadas, 32%, de “não” e 17% “parcial”. Com isso, uma grande maioria dos critérios foi atendida de modo satisfatória, apresentando uma melhora na prática redacional em comparação aos dados anteriores.

À luz do Letramento Linguístico, a melhora no desempenho linguístico dos acadêmicos foi bastante significativa. Isso, por sua vez, aponta para uma possibilidade maior de um uso argumentativo consciente, já que as tomadas de progressão dos argumentos evidenciam uma escrita mais bem qualificada. A partir disso, o acadêmico pode ter maiores condições de organizar seus pensamentos, tanto na escrita, quanto na própria oralidade (Halliday; Hasan, 2006).

Já para a Linguística Textual, um dos fatores que podem ter colaborado para a qualificação da escrita é o uso semântico, de maneira consciente, dos operadores argumentativos. Isso porque esses elementos colaboram ativamente na construção de enunciados mais persuasivos, fator basilar para uma escrita jurídica satisfatória (Pereira, 2016).

O Gráfico 3 mensura o desempenho dos acadêmicos ao produzirem a reescrita do pré-teste. Esta fase encerrou a intervenção proposta.

Gráfico 3 – Análise linguística da reescrita do pré-teste

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com o Gráfico 3, 52% tiveram um desempenho de “sim” nas produções analisadas, 25%, de “não” e 23% “parcial”. Com isso, uma grande maioria dos critérios foi atendida de modo satisfatória, assim como na etapa anterior. No entanto, chama a atenção a redução significativa do conceito “não”, aqui utilizado para designar a não contemplação dos critérios textuais da guia.

No que compete ao Letramento Linguístico, corrobora a visão de escrita enquanto exercício. Quando entendemos o letramento enquanto prática social, estamos reconhecendo o processo redacional como uma atividade sociossemiótica de natureza constante. Por isso, pensar na qualificação da escrita requer uma maturidade desta modalidade a partir do seu exercício no tempo (Halliday; Hasan, 2006; 1989).

Já para a Linguística Textual, assim como no gráfico anterior, aqui também aponta para um conhecimento mais consciente dos elementos linguísticos de coesão. Estes, por sua vez, ajudam o texto a ser também linguisticamente coerente, possibilitando uma comunicação mais eficaz entre os enunciadores (Koch, 2003).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, apresentamos um percurso de análise sobre textos escritos por acadêmicos de um Curso de Direito. Isso, por sua vez, nos deu condições de mensurar as qualificações que foram possíveis de promover junto ao processo redacional jurídico.

Diante disso, vamos revistar o problema de pesquisa que consta na Introdução deste trabalho, o qual apresenta o seguinte questionamento: *É possível identificar práticas de letramento linguístico na escrita do bacharel em Direito na sua formação inicial por meio de aspectos linguísticos?*

Esta pergunta foi respondida durante este artigo, especialmente na parte correspondente ao tratamento dos dados coletados. Assim, houve uma qualificação da escrita dos acadêmicos de Direito, participantes desta pesquisa, considerando aspectos lógico-semânticos e também linguísticos.

Partindo da premissa do Letramento Linguístico, também foi evidenciado que esta qualificação pode apontar para uma escrita mais argumentativa e persuasiva. Isso porque o acadêmico tende a conhecer melhor os elementos linguísticos da escrita jurídica e, assim, utilizá-los de maneira mais reflexiva.

Esperamos que este artigo possa ser provocativo e, com isso, proporcionar momentos vindouros de interlocução acadêmica sobre a temática em questão. Com isso, buscamos colaborar com os estudos sobre escrita jurídica a partir de diferentes enfoques, ao passo que entendemos a pesquisa científica como instrumento genuinamente interdisciplinar.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. V. P. (coord.). A organização da escrita jurídica na petição inicial: uma proposta intervencionista. **Grupo Cognia Educação**, São Paulo, 2023.

BASTOS, L. K. **Coesão e coerência em narrativas escolares**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FÁVERO, L. L. **Coesão e coerência textuais**. São Paulo: Ática, 1995.

FAZENDA, I. Interdisciplinaridade-Transdisciplinaridade: Visões culturais e epistemológicas. *In*: FAZENDA, I (org.). **O que é Interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008. p. 17-28.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. Retrospective on SFL and Literacy. *In*: WHITTAKER, R.; O'DONNEL, M.; McCABE, A. (ed.). **Language and literacy: functional approaches**. London: Continuum, 2006. p. 15-44.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. (org.). **Language, context, and text**; aspects of language in social-semiotic perspective. Oxford: Oxford University Press, 1989.

KOCH, I. V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2013.

McCABE, A.; WHITTAKER, R. An Introduction to Language and Literacy. *In*: WHITTAKER, R.; O'DONNEL, M.; McCABE, A. (ed.). **Language and literacy: functional approaches**. London: Continuum, 2006. p. 1-11.

O'DONNEL, M. Preface. *In*: WHITTAKER, R.; O'DONNEL, M.; McCABE, A. (ed.). **Language and literacy: functional approaches**. London: Continuum, 2006. p. IX-XI.

PEREIRA, B. G. **Padronização léxico-gramatical na escrita jurídica a partir da linguística sistêmico-funcional**. 2024. 80 f. Relatório de Pós-Doutorado. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2024a.

PEREIRA, B. G. Qualificação da escrita jurídica no contexto da formação inicial do acadêmico de direito: contribuições da semiótica e da linguística textual. Simpósio de Estudos Filológicos e Linguísticos, 16, 2024, Salvador. **Anais [...]**, 2024b. v. 1. p. 406-412.

PEREIRA, B. G. **Operadores argumentativos em redações escolares**: diferentes usos, funções e sentidos. Pará de Minas (MG): Virtual Books, 2016.

PEREIRA, B. G.; ALVES, C. V. P. Qualificação da escrita jurídica a partir da linguística textual e da semiótica francesa. **Revista Querubim**, v. 20, p. 5-10, 2024.

SANTO ANDRÉ. **Prefeitura Municipal de Santo André**. 2022. Disponível em <https://web.santoandre.sp.gov.br/>. Acesso em: 1 set. 2024.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

STREET, B. V. **Literacy in the theory and practice**. Cambridge University Press, 1984.

1 Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (2013). Mestre em Letras. Docente do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias - Universidade Pitágoras do Paraná. Docente dos cursos de Psicologia e Direito da Faculdade Anhanguera de Pelotas - RS. Lider do grupo de pesquisa A organização da Escrita Jurídica na Petição Inicial - Estudo Multicêntrico.
E-mail: clarice.alves@cogna.com.br

2 Pós-Doutor pela Universidade de São Paulo (USP). Doutor em Letras pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Docente e pesquisador permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Ibirapuera (PPGE-UNIB).
E-mail: bruno.pereira@ibirapuera.edu.br

Recebido em: 24 de Setembro de 2024

Avaliado em: 15 de Abril de 2025

Aceito em: 18 de Junho de 2025



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

Copyright (c) 2025 Revista Interfaces Científicas - Direito



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

